

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Sa Paulo	Class.:	Φ9
Data: Vade de 192/a	Pg.:	

Ismarth quer CPI ampliada 26037669

O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira sugeriu ontem, em Brasília, a extensão das atribuições da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo Conselho Indigenista Missionário para investigar as atividades do órgão, à investigação da atuação das missões religiosas e do próprio Cimi, "para verificar como está sendo conduzida a assistência prestada aos indios pelos missionários".

O general disse que não entende "até onde o Cimi quer chegar" com suas constantes acusações à Funai. "Do mesmo modo que os missionários võem falhas na política da Funai—afirmou—, nós também temos restrições ao trabalho das missões. Só que até agora preferimos não trazê-las a publico, como ejes fazem".

Referindo-se as críticas feitas pelo secretário-geral do Cimi, padre Antonio lasi, de que o Departamento Geral do Património Indígena da Funai consiste na "eminência parda" do órgão, absorvendo toda a renda proveniente dos postos indígenas, o general efirmou que o padre baseia-se em dados desatualizados para fazer suas acusações: "Realmente, até pouco tempo o DGPI aplicou uma política que considero falha. Mas, nos ultimos meses, baixamos uma série de portarias visando ao desenvolvimento de programas econômicos comunitários, cujos lueros serão reaplicados em projetos que contarão com a colaboração dos próprios índios. Todos os projetos do DGPI estão sendo transferidos, aos poucos, para o Departamento Geral de Planejamento Comunitário, que conta com a supervisão de antropólogos".

Citando como exemplo o Projeto da Castanha, no Para anteriormente coordenado pelo DGPI e que utilizava o indio apenas como mão-de-obra, mas que agora prevê a reaplicação da renda para a comunidade gavião responsável pelo seu desenvolvimento — o presidente da Funai atirmou que "muitos erros realmente foram cometidos no passado, mas estames procurando corrigi-los. Quanto à realização da CPI, prefiro esperar pela decisão dos parla mentares, mas se ela for aprovada, é importante que tenha um sentido bem amplo".